



Revista grifos

E-ISSN: 2175-0157

grifos@unochapeco.edu.br

Universidade Comunitária da Região de
Chapecó
Brasil

Vanzella, Elídio; do Nascimento, João Agnaldo; dos Santos, Sérgio Ribeiro
O PROCESSO MIGRATÓRIO BRASILEIRO: uma análise das principais informações nos
censos brasileiros

Revista grifos, vol. 26, núm. 43, 2017, pp. 191-217

Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Chapecó, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=572967133009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O PROCESSO MIGRATÓRIO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DAS PRINCIPAIS INFORMAÇÕES NOS CENSOS BRASILEIROS

Elídio Vanzella*

João Agnaldo do Nascimento**

Sérgio Ribeiro dos Santos***

Resumo

Existe a necessidade de se produzir informações para que se possa construir conhecimento a respeito do comportamento das migrações nos últimos anos, pois, de modo geral, os movimentos de população sofreram profundas alterações ao mesmo tempo em que se assistiam importantes transformações na realidade econômica, política e social em parte significativa dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Assim, torna-se necessário compreender como os deslocamentos populacionais refletem a estrutura e a dinâmica da economia e da sociedade para, com isso, ofertar subsídios para os planejamentos urbano e regional na formulação de novas políticas públicas referentes às exigências de novas dinâmicas espaciais da população. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo realizar o levantamento sobre quais informações, em relação aos fluxos migratórios, são abordadas nos registros das séries históricas dos Censos brasileiros. O estudo, do tipo exploratório/descritivo, foi desenvolvido com base nos dados dos Censos brasileiros realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A migração da população é um dos principais fenômenos da dinâmica demográfica de uma localidade, mas não obstante a relevância do tema, poucos estudos verificaram os

*Graduado em Administração; Especialista em Gestão de Pessoas; Mestrado em Modelos de Decisão em Saúde e Doutorando em Modelos de Decisão em Saúde (Estatística) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor da Estácio Faculdades e Unifuturo. E-mail: evanzella@yahoo.com.br

**Graduação em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Mestre em Estatística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Doutor em Estatística pela Universidade de São Paulo (IME/USP-). Professor Adjunto da UFPB.

***Graduação nos cursos de Enfermagem e Administração pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialização em Saúde Pública, Mestrado em Enfermagem e Doutorado em Ciências da Saúde e em Sociologia pela UFPB. Titular do Departamento de Enfermagem Clínica e dos Programas de Pós-Graduação em Enfermagem e em Modelos de Decisão em Saúde da UFPB.

determinantes da migração, isto é, quais características das cidades são relevantes na tomada de decisão do migrante. Nesse sentido, os censos brasileiros trazem relevante contribuição para a compreensão do fenômeno migratório e por consequência fornece importante subsídio para o planejamento estratégico, tanto em relação ao setor público como no setor privado.

Palavras-chave: Migração. Planejamento. Censo.

Introdução

Há milhares de anos, no continente africano, o homem emergiu e, em seguida, começou a se deslocar, aventurando-se por um mundo desconhecido. Assim, percebe-se que as migrações são tão antigas quanto o próprio homem e razão pelo qual abarcou o mundo. “E, se mais mundo houvera, lá chegara” (CAMÕES, 1979).

A diáspora do homem, ao longo do tempo, foi intensa e deixou marcas e registros como o êxodo, relatado na Bíblia cristã, um fenômeno importante e conhecido como uma das principais migrações realizadas pelo homem, sendo contado nos livros bíblicos Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio, que narram uma saga onde 600 mil homens, com mais de 20 anos, além de crianças, adolescentes, mulheres e idosos, os quais, depois de enfrentarem muitos anos de residência e escravidão no Egito, partiram em uma jornada, que se estendeu por 40 anos, em busca da chamada “Terra Prometida”. O relato dessa história inspira uma discussão sobre as razões ou a causa que faz com que pessoas decidam mudar do local onde residem para outra região e as consequências nas regiões, de origem e de destino.

Nesse sentido, diversos autores (BELTRÃO, 1991; PATARRA, 2003; ALBUQUERQUE, SENNA, 2004; OLIVEIRA, 2011) argumentam sobre a necessidade de produzir informações para construir conhecimento a respeito do comportamento das migrações nos últimos anos, sejam esses deslocamentos de caráter interno ou internacional (ERVATTI; OLIVEIRA, 2011). De modo geral, esses

autores entendem que os movimentos de população sofreram profundas alterações ao mesmo tempo em que ocorriam importantes transformações na realidade econômica, política e social em parte significativa dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. O instrumento de coleta deveria contemplar um bloco específico às redes sociais e à motivação: indagar sobre uma possível ajuda na origem ou no destino, que tipo de ajuda, quem ajudou e qual o peso disso na tomada de decisão também auxiliariam a elucidar o papel e o peso das redes na determinação ou não do processo de deslocamento, além de proporcionar uma aproximação sobre o que motivou o deslocamento (OLIVEIRA; ERVATTI, 2015).

Jardim (2011) assevera que a análise da introdução de novos quesitos para investigar, no lugar de origem e destino da pessoa que empreendeu o movimento, qual sua inserção socioeconômica conjugada com a inserção econômica dos espaços de origem e destino. O autor acrescenta que detalhar os aspectos sobre o tempo de permanência na residência anterior é fator importantíssimo para a compreensão dos processos de circularidade e pendularidade, no tema migrações, nos censos demográficos brasileiros, e tem sido uma demanda dos estudiosos sobre migrações, cujos anseios implicam não só compreender como esses deslocamentos populacionais refletem a estrutura e a dinâmica da economia e da sociedade brasileiras como também subsidiar os planejamentos urbano e regional na formulação de novas políticas públicas referentes às exigências de novas dinâmicas espaciais da população brasileira, em suas dimensões: urbana, metropolitana, rural e regional (JARDIM, 2011). Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo realizar o levantamento sobre quais informações, em relação aos fluxos migratórios, são abordadas nos registros das séries históricas dos Censos brasileiros.

No que se refere à metodologia, este estudo se caracteriza como exploratório/descritivo e foi desenvolvido com base nos dados dos Censos brasileiros realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse contexto, de acordo com Gil (2002), as pesquisas exploratórias proporcionam

maior familiaridade com o problema proposto para o estudo, pois envolvem levantamento bibliográfico enredado com a realidade a ser investigada. Já a pesquisa bibliográfica subsidia o conhecimento sobre o que foi pesquisado e trabalhado, explicando como e sob que perspectiva o assunto é tratado na literatura científica e, conforme assevera Salomon (2004), fundamenta-se em conhecimentos proporcionados pela biblioteconomia e documentação, entre outras ciências e técnicas empregadas de forma metódica e que envolvem a identificação, localização e obtenção da informação, fichamento e redação do trabalho científico.

Para elaborar e documentar um trabalho de pesquisa científica, é necessário que a busca por informações bibliográficas seja planejada; assim, Salomon (2004), orienta que se divida a pesquisa em três fases. A primeira fase é da preparação da pesquisa; nela, a informação é localizada e identificada. Durante a seleção das fontes de informação, o pesquisador deverá buscar toda a informação disponível na literatura científica de interesse – em artigos de periódicos, relatórios técnicos, anais de congressos, teses, dissertações, entre outras –, seja em meio impresso ou eletrônico. A segunda fase é a de realização, e compreende a consumação do fichamento do documento obtido, o qual será selecionado para redigir o trabalho científico, por meio da confecção de fichas de leitura (ECO, 2003). Por último, ocorre a fase da comunicação, que segundo El-Guindy (2004). É coroação do trabalho de investigação científica e, ao mesmo tempo, o momento de maior realização do pesquisador, pois é quando ocorre a redação do trabalho científico por meio do material identificado e organizado conforme os propósitos da pesquisa.

As pesquisas descritivas concentram-se na exposição das principais características de determinadas populações ou fenômenos, envolvendo, também, elementos processuais para a coleta dos dados, tais como questionários e observações sistemáticas (GIL, 2002).

Para a realização deste estudo, foram consultados os registros históricos dos censos, os mapas de planejamento dos

formulários para a pesquisa do censo, os livros e as estatísticas sobre os resultados e as projeções, disponibilizados no *site* do IBGE. Os achados foram processados, de acordo com os procedimentos metodológicos descritos, e a redação feita a partir das informações sintetizadas.

A migração nos registros dos Censos Demográficos Brasileiros

A palavra censo vem do latim *census* e significa conjunto dos dados estatísticos dos habitantes de uma cidade, província, estado, nação (IBGE, 2003). Atualmente, com o objetivo de contar os habitantes do território brasileiro, identificando características, modo de vida entre outros fatores importantes, o IBGE realiza a cada dez anos o censo demográfico, pois conhecer em detalhes como é e como vive a população é de extrema importância para o governo e para a sociedade (IBGE, 2003).

No Brasil, por razão da carência generalizada de dados, para os períodos mais remotos, anteriores a 1872, são escassas as informações sobre o tamanho e a distribuição territorial de sua população e, praticamente, nada se registrou sobre os componentes de sua dinâmica: natalidade, mortalidade e migração (IBGE, 1987). Somente com a série dos censos demográficos brasileiros, iniciada em 1872, dados mais precisos passaram a estar disponíveis. No entanto, informações sobre a dinâmica demográfica, abrangendo todo o país, somente começam a aparecer a partir de 1940, com os chamados “censos modernos” brasileiros (IBGE, 1987). Nesse período da história, no Governo Getúlio Vargas, que o IBGE foi oficialmente criado em 29 de maio de 1936, quando também foi regulamentado o Instituto Nacional de Estatística, que, sendo extinto, deu lugar à instituição do IBGE (26 de janeiro de 1938), composto pelo Conselho Nacional de Estatística (criado em 17 de novembro de 1936), pela Comissão Censitária Nacional (organizada em 2 de fevereiro de 1938) e pelo Conselho Nacional de Geografia (24 de março de 1937)

(PENHA, 1993). A partir desse momento, o IBGE passou a ter a responsabilidade sobre o planejamento e a execução do censo demográfico.

Desde 1872, vêm sendo realizados censos no país e, de certa forma, a sua história acaba por registrar também um pouco da história do Brasil (IBGE, 2003). Foram realizados, no Brasil, censos demográficos, nos anos de 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, mas cabe destacar que em 1808 – com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil – foi feito um primeiro levantamento, contabilizando um total de 4 milhões de habitantes no país (OLIVEIRA; SIMÕES, 2005).

O primeiro ato que, de certo modo, pode ser considerado relacionado ao futuro funcionamento do registro civil foi a proibição do sepultamento de pessoas sem a certidão de óbito expedida por “médico ou outro facultativo”, determinada por lei datada de 1814 (OLIVEIRA; SIMÕES, 2005). No entanto, essa medida, em um país profundamente rural e em função do pequeno contingente desse tipo de profissional, apresentou resultados restritos.

A primeira lei brasileira determinando a realização de recenseamentos nacionais de população, a cada dez anos, foi a Lei nº 1829, sancionada em 1870, ainda durante o Império (OLIVEIRA; SIMÕES, 2005). Asseveram, ainda, os autores, que a mesma lei também determinava que o governo deveria organizar os sistemas de nascimentos, casamentos e óbitos, criando na capital uma Diretoria Geral de Estatística.

Segundo Oliveira (2003), os censos demográficos brasileiros proporcionam, em função imagem da população registrada nos períodos em que foram executados, respostas a questões chaves da população brasileira. A autora detalha que os censos demográficos do período entre 1872 a 1920, foram distintos pelos temas escravidão e a imigração.

O primeiro censo brasileiro, o Censo Geral do Império, a que aludia o Decreto nº 4.856, foi realizado na data fixada de 1º de agosto de 1872 (IBGE, 2003), teve como meta o recenseamento de todos os habitantes do Império, nacionais

e estrangeiros, livres e escravos, presentes ou ausentes (OLIVEIRA; SIMÕES, 2005) e correu tão regularmente quanto possível, em quase todo o Território Nacional, com exceção das províncias de Minas, São Paulo e Mato Grosso, onde motivos imprevistos obstaram que os trabalhos fossem executados no tempo estabelecido (IBGE, 2003). Apesar da pobreza dos meios disponíveis, 10.112.061 habitantes foram recenseados em 1872, e a sua distribuição se fez segundo a cor, o sexo, o estado de livres ou escravos, o estado civil, a nacionalidade, a ocupação e a religião (IBGE, 2015).

Por problemas políticos, deixou-se de realizar o censo em 1880. Segundo o IBGE (2003), o relativo êxito do Recenseamento de 1872 deveria ter incentivado o governo imperial a melhorar a estatística do país, gerando mais condições para o departamento, criado em 1871, realizar as pesquisas no campo da demografia, objetivo que apenas poderia atingir com a normalização dos inquéritos censitários, levados a efeito periodicamente e em moldes cada vez mais aperfeiçoados, graças ao acúmulo do aprendizado. Infelizmente, não foi o que ocorreu. Com a mudança de orientação do governo imperial e, por força do Decreto nº 2.940, de 31 de outubro de 1879, concretizou-se o desaparecimento da Diretoria Geral de Estatística (IBGE, 2015). O Recenseamento de 1880 teve sua execução transferida para 1887 e, ainda assim, ficou apenas em projeto. Assim, os últimos anos de monarquia assinalaram a indiferença dos poderes públicos, relativamente aos serviços da extinta repartição (IBGE, 2003).

Os censos de 1890 e 1900 apresentaram-se bastante problemáticos quanto à sua cobertura e qualidade. A data histórica de 15 de novembro de 1889 marca a Proclamação da República e o novo governo corrige a indiferença dos poderes públicos com relação a matéria de estatística. Por meio do Decreto nº 113-d, de 2 de janeiro de 1890, restaura a extinta Diretoria Geral de Estatística (IBGE, 2015). O Decreto nº 331, de 12 de abril do mesmo ano, que derogou aquele, deu-lhe novo regulamento e melhor definiu sua competência: dirigir os trabalhos do recenseamento geral da população e

dar-lhes publicidade, fixando o dia 31 de dezembro de 1890 para a execução do primeiro Censo da República (IBGE, 2003).

Segundo o IBGE (2003, p. 14), o recenseamento foi realizado utilizando-se boletins, ou listas de famílias, nos quais se perquiriam as condições da população:

- a) Quanto às características dos habitantes: nome, sexo, idade, estado civil, cor, filiação, naturalidade, nacionalidade dos pais, defeitos físicos e residência.
- b) Quanto à família: nome de cada um dos cônjuges, ano de casamento, número de matrimônios, grau de parentesco do casal e número de filhos vivos e já falecidos, segundo o sexo e também relativamente aos defeitos físicos.
- c) Quanto à sociedade: nome, nacionalidade, relação com o chefe da casa, instrução, culto professado, profissão, título científico, literário ou artístico, e renda.

Os trabalhos de apuração do Censo de 1890 aconteceram com grande morosidade, de tal forma que cinco anos depois de realizado o recenseamento ainda não havia sequer um estado onde as apurações do censo estivessem concluídas (IBGE, 2015). Nesse contexto, o IBGE (2003) relata que apenas em 1900, às vésperas do II Censo Decenal da República, foi anunciada a entrada no prelo da Diretoria Geral de Estatística do último volume da série de publicações do censo e, de acordo com os resultados desse censo, a população do Brasil seria de 14.333.915 habitantes, dos quais 7.237.932 eram do sexo masculino e 7.095.983, do feminino (IBGE, 2015).

A Constituição da República, de 1891, determinou ao Governo Federal proceder ao recenseamento da população brasileira e que este deveria ser visto decenalmente. Assim, no dia 31 de dezembro de 1900, foi iniciado o censo em todo o território nacional, mas os resultados das apurações na cidade do Rio de Janeiro, publicados no início de 1901, suscitaram, pela deficiência dos dados divulgados, muitas críticas. Uma comissão que estudou o assunto provocou o cancelamento dos resultados, na parte referente à cidade do Rio de Janeiro, na época Capital do Brasil, obrigando a realização de um novo

inquérito na Capital Federal. No entanto, esse evento somente ocorreu em 1906; por consequência, os resultados completos do censo de 1900 somente foram divulgados no ano de 1907. O total da população do Distrito Federal era de 811.443 habitantes e de 17.438.434 para o Brasil (IBGE, 2003).

Em 1910 e 1930, também por questões políticas, não foram realizados os respectivos censos (OLIVEIRA; SIMÕES, 2005). Nesse contexto, os registros históricos do IBGE relatam que o III Censo Decenal da República deveria realizar-se em 31 de dezembro de 1910, mas, por motivos conjunturais, deixou de ser levado a efeito na época prefixada, sendo transferido para 30 de junho do ano seguinte, quando foram definitivamente suspensos os respectivos trabalhos, após o dispêndio de avultadas verbas, por força das condições especiais em que se encontrava o País, então profundamente agitado por perturbações de ordem política (IBGE, 2015).

A realização do Recenseamento Geral de 1920, o IV Censo Decenal brasileiro, foi definido com base na Lei nº 4.017, de 9 de janeiro de 1920 e em 21 de janeiro desse mesmo ano, era aprovado o regulamento para a execução dessa Lei no Decreto nº 14.026 (IBGE, 2003) e pela primeira vez os dados coletados não se limitavam, apenas, à população, mas cobriam, também, informações relativas à produção agrícola e industrial (IBGE, 1987). Para a coleta das informações referentes às características da população, foi adotada a Lista de Família, em vez do Boletim Individual (IBGE, 2015). Nos questionários demográficos, foram feitas perguntas muito simples, de fácil resposta, sobre as principais características de cada um dos membros da família recenseada (IBGE, 2003). Com o objetivo de efetuar um tratamento adequado nos grupos de recenseados, separando a população de fato da população de direito, o boletim utilizado no inquérito classificou os recenseados em três categorias: pessoas moradoras no domicílio e nele presentes na data do censo (1º de setembro de 1920); pessoas moradoras no domicílio, mas dele ausentes nessa mesma data; pessoas não moradoras no domicílio, mas que ali passaram a noite de 31 de agosto de 1920 (IBGE, 2003). De

acordo com o IBGE (2015), o recenseamento da população e das indústrias foi, no conjunto, aceitável, aproximando-se seus resultados da realidade, observação infelizmente não extensiva ao censo agrícola e pastoril, em razão das sensíveis deficiências constatadas em sua realização, bastante comuns em pesquisa rural desse gênero e amplitude. Este censo, rico em detalhes, teria sobrestimado a população de 30.635.605 habitantes, de acordo com avaliações posteriores feitas pelo demógrafo italiano Giorgio Mortara, em cerca de 10% (OLIVEIRA; SIMÕES, 2005).

Dentro da periodicidade decenal dos censos brasileiros, prevista em lei, deveria realizar-se em 1930, por força do Decreto-lei nº 5.730, de 15 de outubro de 1929, o V Recenseamento Geral da população (IBGE, 2003), mas motivos, principalmente de ordem política, causaram a sua não realização.

Em 1940, transcorridos 20 anos da data da realização da última operação censitária, e após a radical transformação da estrutura dos serviços de estatística que se vinha processando nos últimos anos, realizou-se, em 1º de setembro de 1940, o V Recenseamento Geral do Brasil (IBGE, 2015).

Pelo Decreto nº 24.609, de 6 de julho de 1934, foi criado o Instituto Nacional de Estatística, entidade de natureza federativa, tendo por fim promover e executar ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento de todas as estatísticas nacionais (IBGE, 2003). Mais tarde, esse instituto passou a denominar-se Conselho Nacional de Estatística e, dentro dos princípios de unidade nacional e de cooperação interadministrativa, passou a integrar, com o Conselho Nacional de Geografia, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por força do Decreto-lei nº 218, de 26 de janeiro de 1938 (IBGE, 2015). A partir da criação do IBGE, foi possível agrupar os poucos recursos humanos existentes no país e, contando também, com a contribuição de Giorgio Mortara, iniciar em 1940, a série dos modernos censos demográficos brasileiros (IBGE, 1987). De 1940 a 1970, na seção movimentos populacionais, o foco foi sobre

as migrações internas (de origem rural ao contexto urbano-industrial), a inserção econômica e as condições de vida da população a desigualdade social e a pobreza (OLIVEIRA, 2003). Ainda no Censo de 1940, sob a inspiração de Mortara, introduziram-se quesitos especiais, aplicados à população feminina, cuja finalidade era obter informações sobre fecundidade e mortalidade (IBGE, 1987).

Como instrumentos de coleta das informações de caráter eminentemente demográfico, foram usados o Boletim de Família e o Boletim Individual (IBGE, 2003). Ainda, segundo o IBGE, esses dois instrumentos, além das indicações referentes à localização e identificação do domicílio, continham 45 quesitos a serem informados pelo recenseado.

- a) Os caracteres biológicos e étnicos do recenseado – sexo, idade, cor – foram indagados em quatro quesitos;
- b) Seguiu-se o quesito referente às enfermidades, cogitando-se apenas dos estados patológicos da cegueira, constitucionais ou adquiridos, e da surdez;
- c) Em uma série de quesitos de interesse jurídico e social, indagou-se do estado civil e da descendência do recenseado;
- d) Outra série, de caráter político, diz respeito à naturalidade e à nacionalidade, bem como à língua falada no lar;
- e) A religião foi igualmente pesquisada;
- f) Seguiram-se várias indagações de natureza cultural, com o objetivo de focalizar o desenvolvimento da instrução do povo brasileiro;
- g) Dez quesitos referiam-se à ocupação do recenseado;
- h) Outras informações de ordem econômica e social, tais como inscrição em sindicatos, propriedade imobiliária, participação em instituições de previdência e seguros sociais, foram objeto de quesitos especiais.
- i) Os dois últimos quesitos dos boletins destinaram-se a verificar a qualidade eventual de “ausente temporário”

ou “presente temporário” do recenseado no domicílio (IBGE, 2003).

As primeiras informações concretas sobre migrações internas foram apresentadas no censo demográfico de 1940, que indagou sobre a unidade da federação (UF) de nascimento e a UF de residência atual, de todos os recenseados (MARTINE, 1984). Dessa forma, prossegue o autor, definiu-se o migrante como aquele que residia em uma UF diversa daquela de seu nascimento. Isso possibilitou, pela primeira vez, descrever fluxos interestaduais acumulados até a data do censo. Para os estrangeiros ou brasileiros naturalizados, foi pesquisado o ano em que fixou residência no Brasil (FERNANDES; VASCONCELOS, 2005).

A apuração, elaboração e divulgação dos resultados do Censo Demográfico de 1940 sofreram atraso por vários motivos, entre eles a deficiência quantitativa do equipamento mecânico disponível, demora na devolução do material de coleta preenchido, dificuldades de transporte, grande extensão territorial do País etc. (IBGE, 2003). Por consequência, somente em 1946, com a divulgação da sinopse do censo demográfico, foram conhecidos os primeiros resultados definitivos que, em relação à população, totalizaram 41.165.289 habitantes no Brasil (IBGE, 2015).

O Recenseamento Geral de 1950 constituiu a sexta operação censitária levada a efeito no País, sendo realizado de conformidade com a Lei nº 651, de 13 de março de 1949. Foram recenseadas, em cada domicílio, as pessoas que ali passaram a noite de 30 de junho para 1º de julho, bem como os moradores efetivos ou temporariamente ausentes (IBGE, 2003).

Segundo o IBGE (2015), com relação à semelhança do ocorrido no recenseamento precedente, o Censo Demográfico de 1950 empregou os seguintes instrumentos de coleta:

- a) Boletim de Família, destinado ao recenseamento das famílias censitárias;
- b) Boletim Individual, reservado ao registro da pessoa que ocupasse dependência de domicílio coletivo;

- c) Lista de Domicílio Coletivo, empregada para registrar a distribuição e o motivo dos boletins preenchidos em domicílios coletivos; e
- d) Caderneta do Recenseador, utilizada para o controle do trabalho de coleta e para o resumo de dados sobre os domicílios e as pessoas recenseadas (IBGE, 2015).

A repetição das mesmas perguntas sobre a UF de nascimento e de residência no censo de 1950 permitiu a aplicação de métodos indiretos para estimar a migração intercensitária (MARTINE, 1984). No entanto, em 1950 não foi perguntado para os estrangeiros e brasileiros naturalizados qual tinha sido o “ano de entrada no país” (FERNANDES; VASCONCELOS, 2005).

A publicação da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, em março de 1951, deu-se em cumprimento à Lei nº 651, de 13 de março de 1949, que estabeleceu o prazo de dois anos para a divulgação dos resultados. Em 1950, a população residente no país era de 51.941.767 habitantes (IBGE, 2003).

Realizado em 1º de setembro o recenseamento geral de 1960, sétima operação censitária realizada no País, seguiu, também, as diretrizes básicas estabelecidas por organismos internacionais, então incorporadas no Programa Mínimo do Censo das Américas (IBGE, 2015).

No censo demográfico de 1960 também foram pesquisadas as características das pessoas, das famílias e das residências.

No que diz respeito às pessoas, os registros do IBGE (2003) apontam que o censo investigou a situação no domicílio, condição de presença, sexo, condição no domicílio, idade, religião, cor, naturalidade, nacionalidade, migrações internas, instrução, estado conjugal, duração do casamento, fecundidade e algumas características econômicas.

Relativamente aos domicílios, o censo investigou o número de moradores, situação (urbana ou rural) da moradia, tipo de construção, condição de ocupação, aluguel mensal, forma de abastecimento de água, instalações sanitárias,

combustível utilizado no fogão, número de cômodos, número de dormitórios e existência de iluminação elétrica, rádio, geladeira e televisão (IBGE, 2003).

A população aborígene somente foi recenseada quando já aculturada, e os brasileiros residentes no exterior, ainda que em exercício de funções oficiais, não foram computados na população recenseada (IBGE, 2003).

O censo de 1960, além de incluir os mesmos quesitos que os dois censos anteriores, trouxe três informações adicionais que, pelo menos em teoria, enriqueceram bastante o acervo de dados sobre migração internas (MARTINE, 1984). As indagações visavam a saber se o indivíduo era natural do município de residência, o que permitia estimar, para cada município, a migração acumulada de não naturais (FERNANDES; VASCONCELOS, 2005). Nesse censo, a definição do migrante sofreu alteração, pois o município de destino também passou a compor o espaço migratório. Assim, embora a origem continuasse sendo defendida em nível de Estado, tornou-se possível quantificar, não somente os migrantes interestaduais, mas também os movimentos intraestaduais ou intermunicipais (MARTINE, 1984).

Fernandes e Vasconcelos (2005) comentam que as informações dos levantamentos anteriores recuperavam dois pontos no tempo, sendo a UF de nascimento e a de residência atual. Neste caso, o censo de 1960 pesquisou junto a aqueles que não nasceram no município em qual Unidade da Federação se localizava o município de residência anterior, e isso permitiu recuperar um segmento a mais do processo migratório dos indivíduos. Os autores asseveram, ainda, que outra inovação foi perguntar aos não naturais sobre o tempo de moradia no atual município de residência.

Em cada domicílio, foram recenseadas as pessoas que ali passaram a noite de 31 de agosto de 1960, bem como os moradores efetivos, temporariamente ausentes. Ao todo, o censo de 1960 registrou uma população de 70.070.457 habitantes (IBGE, 2003).

A realização do recenseamento geral de 1970 obedeceu às determinações do Decreto-lei nº 369, de 19 de dezembro de 1968. Nos termos do Decreto nº 64.520, foi atribuída ao IBGE a responsabilidade de planejar e executar o recenseamento (IBGE, 2003). Os registros históricos afirmam que o censo de 1970 é considerado um marco divisório na história dos censos demográficos brasileiros, tanto no que diz respeito à organização, à riqueza de detalhes, como à confiabilidade dos números (OLIVEIRA; SIMÕES, 2005); afinal, segundo o IBGE (2003), ele compreendeu a investigação das características individuais do recenseado quanto a situação no domicílio, sexo, condição de presença, condição no domicílio, idade, religião, nacionalidade, naturalidade, migrações internas, instrução, estado conjugal, características econômicas e fecundidade; das famílias; e dos domicílios – número de moradores, situação, tipo de construção, condição de ocupação, aluguel mensal, tempo de residência, forma de abastecimento de água, existência e tipo de instalações sanitárias, combustível utilizado no fogão, número de cômodos, número de dormitórios e existência de iluminação elétrica, rádio, geladeira, televisão e automóvel (IBGE, 2003).

No censo realizado em 1970 foi acrescentada uma questão sobre a procedência, para saber se o domicílio anterior era localizado na região urbana ou rural e em relação ao tempo de residência sem interrupção, foram incluídas algumas perguntas sobre o município e a UF; com isso, foi possível observar a migração intraestadual (FERNANDES; VASCONCELOS, 2005). A população residente no país, registrada nesse censo, foi de 93.139.037 habitantes (IBGE, 2003).

De 1980 a 2000, com a consolidação da democratização do País, emergiram questões de movimentos da sociedade civil, Organizações Não Governamentais (ONGs), igrejas e sindicatos (OLIVEIRA, 2003). Ainda, nesse período, as instituições públicas e os centros de pesquisas envolvidos em estudos demográficos ampliaram seus esforços em busca das

informações relativas ao crescimento populacional, aos níveis de fecundidade e, de forma bastante intensa, buscaram um diagnóstico e a mensuração dos fluxos e das características dos movimentos migratórios, tradicionais e novos (OLIVEIRA; SIMÕES, 2005).

Em 1º de setembro de 1980, o IBGE realizou o IX Recenseamento Geral do País, obedecendo às determinações da Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, e aos dispositivos do Decreto nº 74.084, de 20 de maio de 1974, bem como aos do Decreto nº 84.221, de 19 de novembro de 1979 (IBGE, 2003).

Segundo Martine (1984), o uso intensivo dos dados publicados do censo de 1970 e das informações sobre migração, levou a propostas importantes para o questionário do censo de 1980. O autor assevera que as principais reivindicações, dos pesquisadores, estavam vinculadas à dificuldade de aprender a migração como um processo social utilizando dados censitários.

A situação exigia uma metodologia para realizar a aproximação entre a trajetória geográfica do migrante e sua mobilidade socioeconômica. O problema, no entendimento de Martine (1984), apresentava-se, nesse caso, em como conciliar a concisão e economia de perguntas, exigidas pelo instrumento censitário, com a variedade de informações necessárias para acompanhar e caracterizar a trajetória da população migrante. O autor destaca que, entre as várias sugestões apresentadas, os pesquisadores conseguiram a introdução de três modificações substantivas no censo de 1980. A primeira dizia respeito à identificação dos movimentos intramunicipais. Martine (1984) explica que a migração intramunicipal, particularmente a do tipo rural/urbano, constituía um dos fluxos mais importantes, cuja dimensão exata ou aproximada era absolutamente insondável. A segunda tinha relação com a identificação da procedência migratória, que nos censos de 1960 e 1970 era possível apenas em nível das Unidades da Federação (UFs). Então, devido ao tamanho e à heterogeneidade das UFs, a identificação de origem neste

nível de generalidade frustrava a tentativa de detectar subáreas de expulsão e, conseqüentemente, de aprofundar a análise dos determinantes e conseqüências da migração, através do relacionamento entre correntes migratórias e características socioeconômicas (MARTINE, 1984).

A terceira modificação introduzida no censo de 1980, segundo Martine (1984), era mais simples e se referia à tabulação do tempo de residência dos migrantes. Os censos de 1960 e 1970 haviam tabulado o tempo de residência como “0 a 5 anos”, “6 a 10 anos” e, “11 anos ou mais anos”. Nesse formato, o período total passava a ser de 11 anos e complicava pela preferência digital em torno do número 10. A simples modificação da categoria 6 a 10 anos para 6 a 9 anos, nas tabulações, no censo de 1980, resolveu o problema.

O Censo de 1970 é considerado um marco divisório na história dos censos demográficos brasileiros, tanto no que diz respeito à organização, à riqueza de detalhes, como à confiabilidade dos números (OLIVEIRA; SIMÕES, 2005) e, de acordo com o IBGE (2003) foram pesquisadas as seguintes características relativas a:

- a) Pessoas – situação do domicílio, sexo, condição de presença, condição no domicílio, idade, alfabetização, religião, cor, orfandade materna, estado conjugal, nacionalidade, naturalidade, migrações internas, frequência à escola, nível de instrução, curso concluído, movimentos pendulares, características econômicas, fecundidade e mortalidade;
- b) Composição das famílias; e
- c) Domicílios – situação, número de moradores, espécie, tipo, condição de ocupação, material predominante nas paredes, piso e cobertura, forma de abastecimento de água, existência de escoadouro e uso das instalações sanitárias, aluguel ou prestação mensal, número de cômodos, cômodos com função de dormitório, existência e tipo de fogão, combustível usado para cozinhar, bem como existência de telefone, iluminação

elétrica, rádio, geladeira, televisão e automóvel (IBGE, 2003).

No Censo Demográfico de 1980, foram recenseadas, em cada domicílio, as pessoas que ali passaram a noite de 31 de agosto de 1980, mesmo ausentes por período não superior a 12 meses. A população totalizou, nesse ano, 119.002.706 habitantes (IBGE, 2015).

Os censos de 1980 e 1991 ampliaram a riqueza da investigação dos censos anteriores, apesar de algumas dificuldades momentâneas enfrentadas, especialmente o Censo de 1991, adiado por força das crises fiscais e políticas da virada dos anos de 1980 para os anos de 1990 (OLIVEIRA; SIMÕES, 2005).

O X Recenseamento Geral do Brasil teve início em 1º de setembro de 1991 e compreendeu apenas o censo demográfico. Sua realização obedeceu às determinações da Lei nº 8.184, de 10 de maio de 1991 (IBGE, 2003).

Desde o Censo Demográfico de 1991, o IBGE buscou a participação da sociedade nas discussões; para isso, apresentou inovações em vários aspectos da pesquisa, em relação aos levantamentos anteriores, proporcionando a reformulação de perguntas e estratégias de abordagem da pesquisa. Entre elas a criação das Comissões Censitárias Municipais, para ajudar na mobilização da população e dar apoio à etapa de coleta de dados e o Projeto Escola no Censo de 1991.

Na parte técnica da pesquisa, pode-se citar como inovações a introdução de novos quesitos no Questionário Básico (rendimento e grau de escolaridade do chefe do domicílio) além da ampliação dos quesitos referentes à caracterização do domicílio. E, pela primeira vez, pesquisou-se a deficiência física e mental (IBGE, 2003).

De acordo com os registros históricos do IBGE (2015), em 1991 foram investigadas as características das pessoas, das famílias e dos domicílios, assim distribuídas:

- a) Características das pessoas – sexo, condição no domicílio, idade, cor ou raça, religião ou culto, deficiência física ou mental, orfandade materna, nacionalidade,

naturalidade, migrações internas e internacionais, instrução, nupcialidade, fecundidade, mortalidade e características econômicas;

- b) Composição das famílias; e
- c) Características dos domicílios – localização; material predominante nas paredes e na cobertura; forma de abastecimento de água; tipo de escoadouro e uso de instalação sanitária; condição de ocupação; aluguel mensal; combustível usado para cozinhar; número de cômodos, dormitórios e banheiros; destino do lixo; número de linhas telefônicas e automóveis particulares; existência e propriedade de automóvel para trabalho; existência e forma de iluminação; número de aparelhos de televisão em cores e existência de filtro de água, rádio, televisão em preto e branco, freezer, geladeira, máquina de lavar roupa e aspirador de pó (IBGE, 2015).

O resultado revelou que o Brasil tinha, naquela época, 146.825.475 habitantes (IBGE, 2003).

O Censo Demográfico 2000 foi o 11º recenseamento realizado no país, revelando as características da população na entrada do século XXI (ALBUQUERQUE; SENNA, 2004). Em relação aos conteúdos dos questionários, incluiu dez quesitos de características do domicílio, nove quesitos para a pessoa responsável pelo domicílio ou para o morador individual em domicílio coletivo e seis quesitos para cada um dos demais membros do domicílio (IBGE, 2013) e abordou três aspectos da migração: o lugar de nascimento, o lugar de residência anterior segundo o tempo ininterrupto de residência atual e o lugar de residência anterior há exatamente cinco anos antes da data de referência da pesquisa (ALBUQUERQUE; SENNA, 2004).

O estudo do tópico migração sofreu mudanças entre os censos de 1991 e 2000. No primeiro, é possível quantificar e identificar movimentos migratórios entre municípios da mesma ou de diferentes Unidades da Federação; com isso, é possível obter informações acerca migrações interestaduais e da migração entre as zonas urbana e rural. Segundo

Albuquerque e Senna (2004) no censo 2000, para o indivíduo que respondeu que não mora desde que nasceu no município onde foi recenseado, perguntou-se: “Há quanto tempo mora sem interrupção neste município?” e se “nasceu neste município?”. Os autores explicam que as combinações destes quesitos permitiram detectar o migrante em nível municipal e que, se o tempo que morava no município era menor que a idade declarada e tinha respondido o município como local de nascimento, existia um indicativo de migração de retorno na resposta.

Assim, é possível quantificar os movimentos migratórios, não permitindo, todavia, identificar o município de origem. O entrevistado que respondeu ter nascido no município em que foi recenseado, respondeu à pergunta, sobre o tempo ininterrupto em que morava naquela Unidade da Federação e, caso fosse menor que dez anos, indicava a Unidade da Federação de residência anterior (ALBUQUERQUE; SENNA, 2004).

Para o indivíduo que respondeu que não tinha nascido no município de residência, os autores relatam que, foi questionado sobre a sua Unidade da Federação de nascimento, para em seguida, responder o tempo ininterrupto no Estado em que foi entrevistado e, se era menor que dez anos, foi solicitado que se declarasse qual era a Unidade da Federação que residia anteriormente.

Os resultados do Censo 2000 revelaram uma população com 169.799.170 habitantes, espalhados em 5.507 municípios e residentes em 54.265.618 domicílios pesquisados (IBGE, 2015).

O XII Censo Demográfico realizado no Brasil, o Censo 2010, trouxe consigo importantes transformações nos métodos de trabalho e, ao ser comparado com o censo 2000, novos quesitos foram incluídos (IBGE, 2013).

- a) Para características de domicílios: material predominante das paredes; uso de medidor e disponibilidade de energia elétrica; existência de telefone celular, motocicleta, acesso à internet; emigração internacional; mortalidade;

e responsabilidade pelo domicílio (um ou mais de um responsável) (IBGE, 2013);

- b) Para características dos moradores: se tem mãe viva e se mora no domicílio; para a população indígena, a etnia ou povo a que pertence e a língua falada; existência de registro de nascimento para os moradores com até dez anos; migração interna de última etapa; inclusão de curso de especialização de nível superior como o mais elevado que frequenta ou frequentou; identificação de rendimentos de programas sociais; deslocamento para frequência à escola; se trabalha em um só local e tempo habitual de deslocamento de casa para o trabalho (IBGE, 2013); e
- c) Abertura no detalhamento para identificação dos domicílios coletivos (asilo, hotel, penitenciária etc.) e características do entorno: existência de iluminação elétrica, identificação do logradouro, pavimentação etc. (IBGE, 2013).

O Censo 2010 compreendeu um levantamento minucioso de todos os 67,6 milhões de domicílios nos 5.565 municípios brasileiros e os resultados, divulgados em novembro de 2010, apontaram uma população formada por 190.732.694 pessoas (IBGE, 2013).

Ao finalizar a descrição dos dados sobre o processo migratório, disponibilizados nos registros do censo brasileiro, ao longo do tempo, foi possível elaborar a tabela abaixo com as informações que cada censo traz sobre o processo migratório brasileiro.

A Tabela 1 sintetiza as informações censitárias relativas à migração da população brasileira no período de 1940 a 2010.

Tabela 1 – Informações censitárias relativas à migração da população brasileira no período de 1940 a 2010*

Informações, sobre migração, disponíveis	Anos dos Censos							
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Nacionalidade	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
UF** de nascimento	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Tempo de residência na UF*	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
UF** de residência anterior (última etapa)			✓	✓	✓	✓	✓	✓
Município de residência anterior (última etapa)					✓	✓		✓
Tempo de residência no município			✓	✓	✓	✓	✓	✓
Município de residência cinco anos antes (Data fixa)						✓	✓	✓

* Dados dos censos de 1940 a 2010.

**UF – Unidade da Federação

Fonte: IBGE (2015).

Considerações finais

A migração da população é um dos principais fenômenos da dinâmica demográfica de uma localidade, mas não obstante a relevância do tema, poucos estudos verificaram os determinantes da migração, isto é, quais características das cidades são relevantes na tomada de decisão do migrante. Nesse sentido, os censos brasileiros trazem relevante contribuição para se compreender o fenômeno migratório e, por consequência, fornece importante subsídio para o planejamento estratégico, tanto em relação ao setor público como no privado.

Nesse trabalho foi possível observar a evolução, ao longo do tempo, das informações referentes ao processo migratório, nos censos brasileiros, em relação à quantidade e à qualidade dessas informações. Nesse contexto, observou-se que as informações referentes à migração, no Brasil, somente começaram a fazer parte dos censos a partir do ano de 1940 e eram referentes apenas à nacionalidade, UF de nascimento e tempo de residência. O Censo do ano de 1950 não

acrescentou novas informações, mas, ao longo dos períodos seguintes, novos subsídios passaram a fazer parte dos censos, de tal forma que com o censo de 1991 os conhecimentos contemplavam a Nacionalidade; UF de nascimento; Tempo de residência na UF; UF de residência anterior (última etapa); Município de residência anterior (última etapa); Tempo de residência no município; Município de residência cinco anos antes (Data fixa). O que torna possível, hoje, a realização de projeções que trazem contribuições significativas no processo de planejamento estratégico para empresas e órgão governamentais.

Referências

ALBUQUERQUE, Fernando Roberto Pires de Carvalho e; SENNA, Janaina Reis Xavier. **O processo de Imputação dos quesitos de migração no Censo Demográfico 2000**. Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas. ed. Rio de Janeiro: IBGE, v. 19, 2004.

ALVES, E.; MARRA, R. A persistente migração rural-urbana. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, p. 5-17, out./nov. 2009. Disponível em: <<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/657206>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami. **Cálculo das taxas líquidas de migração rural urbana**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, p. 221-236, maio/ago. 2006.

BURSZTYN, Marcel. Da Pobreza à miséria, da miséria à exclusão – o caso das populações de rua. In: _____. **No meio da Rua – Nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

CAMÕES, Luís Vaz de. **Os Lusíadas**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

CAMPOS, Marden Barbosa de. Passado, presente e futuro das migrações internacionais no Brasil. In: ERVATTI, Leila Regina; BORGES, Gabriel Mendes; JARDIM, Antônio de Ponte. **Mudança Demográfica no Brasil no Início do Século XXI**. Subsídios para as projeções da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. v. 3. p. 125-137.

DU BOIS, W. E. Burghardt. **Black reconstruction in America, 1860-1880**. Nova York: Atheneum, 1969.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 18. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

EL-GUINDY, Moustafa M. **Metodologia e ética na pesquisa científica**. São Paulo: Editora Santos, 2004.

ERVATTI, Leila Regina; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Perspectivas para a mensuração do fenômeno migratório no Brasil. In: OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de (Org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. v. 1. p. 84-99.

FERNANDES, Duval; VASCONCELOS, Idamila Renata Pires. Proposta para a inserção da variável migração em sistemas de indicadores municipais. **Perspec.**, São Paulo v. 19 n. 3, p. 121-132, jul./set. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000300011>. Acesso em: 29 out. 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLGHER, André Braz. **Fundamentos da migração**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. (Texto para discussão, 231).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas Históricas do Brasil: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. v. 3. (Séries estatísticas retrospectivas).

_____. **Metodologia do Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. v. 25. (Série Relatórios Metodológicos).

_____. **Metodologia do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. v. 41. (Série Relatórios Metodológicos).

_____. Sínteses históricas. Históricos dos censos. **Censos demográficos**. 2015. Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos.html>>. Acesso em: 1 nov. 2015.

JANSEN, Clifford. Some sociological aspects of migration. In: JACKSON, John A. (org.). **Migration**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969. p. 60-73.

JARDIM, Antonio de Ponte. A investigação das migrações internas, a partir dos Censos Demográficos brasileiros de 1970 a 2010. In: OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. v. 1. p. 49-57.

_____.; ERVATTI, Leila Regina. **Migração pendular intrametropolitana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 26, 2007. Disponível em: <<ftp://ftp.dpe.ibge.gov.br/gdi/texdisc/texdisc26-07.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

LEE, Everett. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Hélio Augusto de (Org.). Migração. **Estudos econômicos**. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil – BNB, 1980. v. 4. p. 89-114.

LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 8, p. 49-90, 1974.

MARTINE, George. Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilização. In: SEMINÁRIO METODOLÓGICO DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS – CENSOS, CONSENSOS E CONTRA-CENSOS, 1984, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: Abep, 1984. p. 183-214.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. 2015. Disponível em: <<http://www.iom.int/>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. In: _____. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. v. 1. p. 11-27.

_____.; ERVATTI, Leila Regina. Fontes de Informações para os estudos migratórios. In: ERVATTI, R.; BORGES, G. M.; JARDIM, A. D. P. **Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI**: subsídio para as projeções da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. p. 87-101.

OLIVEIRA, Jane Souto de. **“Brasil mostra a tua cara”**: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000. Rio de Janeiro: ENCE/IBGE, 2003.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de; SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. O IBGE e as pesquisas populacionais. **Revista brasileira**

Estudos Populacionais, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 291-302, jul./dez. 2005.

PATARRA, Neide Lopes. **Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

PENHA, Eli Alves. **A Criação do IBGE no Contexto da Centralização Política do Estado Novo**. Memória Institucional. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. v. 4.

SALOMON, Dêlcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, Hélio Augusto de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 211-244.

Submetido em: 13/07/2017

Aceito em: 12/12/2017

THE BRAZILIAN MIGRATORY PROCESS: AN ANALYSIS OF THE MAIN INFORMATION IN THE BRAZILIAN CENSUSES

Abstract

There is a need to produce information to build a known ledge of the behavior of migrations in recent years, because in general, the movements of population have suffered profound alterations while at important changes in economic, political and social reality in part of significative developing and developed countries were observed. Thus, it becomes necessary to understand how the population movements reflect the structure and the dynamics of the economy and the society in order to provide subsidies for urban and regional plans in the formulation of new public policies regarding the demands of new spatial dynamics of the population. In this context, this work carries out the survey on what information, in relation to migratory flows, is covered in the records of the historical series of the Brazilian Census. The exploratory/descriptive study was developed based on data from the Brazilian Census conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics. Population migration is one of the main phenomena of the demographic dynamics of a locality, but despite the relevance of the theme, few studies have verified the determinants of migration, that is, which characteristics of the cities are relevant in the decision making of the migrant. In this sense, the Brazilian censuses bring a relevant contribution to an understanding of the migratory phenomenon and, therefore, important for the strategic planning, both in relation to the public sector and to the private sector.

Keywords: Migration. Planning. Census.